



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000063-54.2013.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Luis Fernando Scarpe**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de ação penal contra Luis Fernando Scarpe pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, incisos I e IV e art. 244-B da Lei 8069/1990, eis que no dia 07 de junho de 2012, juntamente com o adolescente Vitor Henrique Cabral, subtraiu itens de informática descritos na denúncia, pertencentes à funerária Terezinha de Jesus.

A denúncia de fls. 01-D/03-D veio instruída com o inquérito policial nº 199/2012 (fls. 01/45) e foi recebida aos 03 de abril de 2013 (fls. 46/47).

Luis Fernando Scarpe apresentou sua resposta à acusação às fls. 57/58.

Ausentes as hipóteses que pudessem ensejar absolvição sumária foi ratificado o recebimento da denúncia e designada instrução (fls. 59).

Audiência de instrução realizada em 11 de março de 2014 com a oitiva da James da Silva Tacin, Antonio Adegas Martinelli Junior, Vitor Henrique Cabral e interrogado o réu, conforme termos e mídia audiovisual encartados às fls. 77/84.

Em debates o *Parquet* pugnou pela condenação, destacando a confissão do réu Luis Fernando, ao passo que a defesa requer a absolvição, pois Fernando não teve participação efetiva no furto, aguardando a ação do adolescente do lado de fora. Requer a desclassificação da figura qualificada para os moldes de furto simples e o reconhecimento da atenuante da confissão. Propõe a substituição da pena privativa de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

liberdade por pena restritiva de direitos.

DECIDO.

1 -) Das provas:

A **materialidade delitiva** está demonstrada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 29 e auto de avaliação de fls. 31.

Houve, portanto, modificação do mundo naturalístico pela conduta, estando atendido o princípio da materialização do fato.

No que se refere à **autoria** do delito patrimonial Luis Fernando confessou o crime em solo policial (fls. 09), reiterando a confissão em Juízo.

A testemunha James da Silva Tacin é proprietário do estabelecimento e disse que ao passar pelo local constatou dois indivíduos no seu interior. Eles estavam encapuzados. Foi direto à polícia e segundo foi informado os policiais identificaram os autores do furto. A porta de vidro foi arrombada. Conseguiu recuperar o computador que teria sido entregue para um terceiro.

0000063-54.2013.8.26.0233 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Antonio Adegas Martinelli Junior recebeu informações anônimas indicando Luis Fernando como autor do delito. Este foi identificado e ao ser indagado a respeito indicou que praticou o delito em companhia do adolescente Vitor. Vitor teria ficado de posse do computador e vendeu para “Delei” que era seu tio. “Delei” foi identificado e confirmou ter adquirido o computador do seu sobrinho, relatando que Luis Fernando estava junto. O acesso à funerária foi realizado mediante arrombamento. Luis Fernando esteve envolvido em outro furto na cidade.

Vitor Henrique Cabral confirma ter praticado o furto em companhia de Luis Fernando, ressaltando que arrombou o vidro. Confirma ter vendido o computador para seu tio pelo valor de R\$ 400,00 que seria posteriormente dividido com Luis Fernando.

A confissão de Luis Fernando está em harmonia com os demais elementos de prova coligidos, o que basta para afastar qualquer dúvida judicial, nos termos do art. 155 c.c art. 197, ambos do CPP.

O arrombamento está demonstrado por prova pericial indireta (fls. 43), além da prova testemunhal e da própria confissão. Da mesma forma, não há dúvidas acerca do conluio delitivo hábil a qualificar o furto.

Assentada a autoria e materialidade do delito e ausentes justificativas ou dirimentes capazes de afastar, respectivamente, a antijuridicidade da conduta e a culpabilidade do réu, a sanção penal é medida inexorável para concretização dos escopos de prevenção geral positiva e prevenção especial colimados pelo sistema punitivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Ex positis, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a denúncia de fls. 01-d/03-d, para **CONDENAR LUIS FERNANDO SCARPE** pela prática do crime capitulado no artigo 155, § 4º, incisos I e IV, passando a dosar-lhes as penas, nos termos do artigo 68 do mesmo diploma.

Analisadas as diretrizes do artigo 59 do Código Penal a **culpabilidade é grave**, pois praticou o crime juntamente com adolescente. O réu **não possui antecedentes, conforme súmula 444 do E. STJ**. Sua **conduta social e personalidade** não devem influenciar negativamente a reprimenda, pois tal valoração implica apologia ao direito penal de autor, fenômeno antigarantista que não conta com o entusiasmo deste magistrado. O **motivo** do delito seria o intuito de locupletar-se com o patrimônio alheio, o que já está albergado no próprio dolo do injusto. As **circunstâncias** do delito não destoam daquelas em que ocorrem crimes desta natureza, ao passo que as **consequências** não foram graves, pois a vítima recuperou a *res furtiva*.

Na primeira fase, atentando às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena um pouco acima do mínimo legal estabelecendo-a em **2(dois) anos e 6(seis) meses de reclusão e 12(doze) dias-multa na proporção de 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato, o dia-multa**, considerando, especialmente, o envolvimento de adolescente.

Luis Fernando beneficia-se da confissão, motivo pelo qual retorno sua pena ao mínimo de dois anos de reclusão e dez dias-multa. Nova diminuição para Luis Fernando, menor de 21 anos, não pode ser implementada à luz da súmula 231 do E. STJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Não há causas gerais ou especiais de aumento ou diminuição de pena.

Estabiliza-se a pena em 2(dois) anos de reclusão e 10(dez) dias-multa.

Fixo o regime **aberto** para cumprimento da pena, diante da primariedade e quantidade de pena imposta.

Sendo a condenação superior a 1(um) ano, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, nos seguintes termos:

- a) Prestação de serviços à comunidade, pelo prazo da condenação, em entidade a ser definida na fase da execução, à razão de 1(uma) hora de tarefa por cada dia de condenação, *ex vi* do § 3º do art. 46 do Código Penal;
- b) Prestação pecuniária de um salário-mínimo.

De outro lado, **ABSOLVO** o réu pela prática do crime previsto no art. 244-B da Lei 8.069/1990, pois o concurso com adolescente foi considerado para elevar a pena nas circunstâncias judiciais e qualificar o delito de furto, conforme denúncia, de modo que a imputação fica rechaçada para prevenir eventual *bis in eadem*.

Assim, a conduta não configura crime autônomo, eis que praticada no contexto da figura típica qualificada principal, razões pelas quais a absolvição é feita nos moldes do inciso III do art. 386 do CPP.

Sucumbente parcial, **CONDENO** o réu ao pagamento das custas processuais que fixo em 50 UFESP's, observado o disposto no art. 12 da Lei 1060/50.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Expeça-se guia de execução provisória.

Oportunamente, **após o trânsito em julgado** desta decisão, adotem-se as seguintes providências:

- a-) Expeça-se guia de execução definitiva;
- b-) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686 do Código de Processo Penal;
- c-) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia desta decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, §2º do Código Eleitoral c/c inciso III do artigo 15 da Constituição da República;
- d-) Oficie-se ao órgão responsável pelo cadastro de antecedentes criminais deste Estado para as anotações necessárias;
- e-) Se patrocinados por advogado(a) dativo(a) fixe os honorários em 70% da tabela. Oportunamente, expeça-se certidão.

P.R.I.C.

Ibaté, 17 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**